

ATA DE REUNIÃO DE 3 DE MARÇO DE 2021 DO CACS FUNDEB

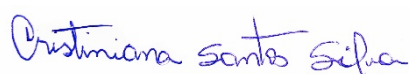
Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e um reuniram-se, virtualmente pela plataforma GOOGLE MEET os/as Conselheiros (as) Jaguaracy Conceição, Vitor Veiga, Marilene Santana, Maria Cristina Torres, Alda Ester, Audaci Lima, Carlos Fábio Araújo, Rosilainde Amorim, Nadja Amaral, Thiago brandão e Marcos Fellipe Marques. Também estiveram presentes Rafael Henrique Costa e Jair Francisco dos Santos do Conselho Municipal de Educação. A reunião teve início às quatorze horas e vinte minutos quando o presidente Marcos Fellipe fez a abertura da sessão informando que já havia quórum e abriu espaço para aos informes. Na sequência informa que a pauta era nova lei e o novo regimento do CACS FUNDEB e precisam o mais breve possível articular uma nova lei com base na lei federal do FUNDEB e, a partir da lei, criar o regimento. Pontua que precisam fazer isso até o final de março para evitar problemas futuros. Sugere uma comissão para tratar da lei e do regimento. Jaguaracy se disponibiliza para a comissão e diz que, como já há o modelo, podem dar seguimento e encaminhar para a secretária. Maria Cristina e Marcos também farão parte da comissão. Marcos diz que outra pauta é a tarefa dos grupos de trabalho e precisam tirar uma reunião do grupo, principalmente o de contas e começar a construir o relatório anual. Jaguaracy diz que no sexto bimestre é que tem como ver se cumpriu os percentuais, pois é no sexto bimestre que traz as informações. Marcos diz que só não tem acesso ao SIOPE, mas tem as informações do tribunal e tem receio de perderem o prazo por uma falha que não é do conselho e diz que podem começar com o que tem e quando chegar o sexto bimestre terminam. Destaca ainda que tem os processos de pagamentos. Jaguaracy fala que precisam verificar nos extratos se o valor voltou e menciona o relatório da controladoria. Marcos, contextualizando o assunto, explica que Jaguaracy se refere ao relatório que enviou e a controladoria interna apontou um erro nos recursos do FUNDEB no valor de R\$ 7,5 milhões de reais que foram usados indevidamente e precisa voltar para a conta do FUNDEB e diz que isso foi apontado em dezembro e podem mencionar isso no relatório do conselho e destaca que precisam pelo menos começar, pois será entregue até o final do mês de março. Questiona aos demais se podem começar o relatório antes do sexto bimestre. Maria Cristina diz que podem começar e lembra que ano passado o sexto

bimestre só chegou em abril e diz que podem fazer um parcial e na conclusão mencionar que falta ter acesso ao sexto bimestre. Jaguaracy fala que o governo tem prazo por lei para enviar as contas para o conselho e o governo só enviou as contas no último dia do prazo e trinta dias antes deveriam ter feito o relatório, mas para isso as contas deveriam ser enviadas para o conselho e não foi feito, então, não foi culpa do FUNDEB. Maria Cristina diz que entende e apenas está pontuando que podem fazer o relatório até as contas que tiveram acesso. Marcos fala que recebeu as contas de janeiro a dezembro e o que falta é o relatório do SIOPE. Diz ainda que o grupo de visitas precisa se reunir também, pois tem pendência que são os livros comprados e houve um incêndio no galpão e solicitaram o processo de sindicância e a lista de materiais que tinha no galpão e não houve resposta e precisam se organizar para ir ao galpão e ter acesso aos livros. Tudo isso entra no relatório e, se não tem acesso, precisam colocar isso em relatório também. Destaca ainda que, sobre as construções dos PAR, também precisam verificar, mas isso pode esperar melhorar a questão da pandemia. Vitor defende que o grupo de contas pode reunir e fazer o levantamento das pendências. Thiago diz que, sobre o PAR, o problema era atualização dos relatórios e já foi atualizado junto com a SEINFRA e já estão fazendo o processo de licitação e recapitalização. Marcos diz que a proposta é ir às obras. Thiago disse que estiveram lá. Marcos diz que o CACS precisa ir também. Thiago diz que as obras paradas precisam de desembolso e fizeram o processo licitatório e tem os relatórios das vistorias e já estão atualizados. Jaguaracy diz que Marcos deve entrar no sistema para acompanhar, pois tem coisa que o conselho tem que aprovar. Marcos diz que é necessário o conselho ir às obras e ver se condiz com o relatório que está no site do SIMEC e diz que essa é uma demanda do outro grupo e sugere adiar por conta da pandemia e tocar apenas as atividades remotas. Jaguaracy questiona sobre a situação da creche da Avenida Fortaleza, pois houve licitação para ela. Thiago diz que a creche está 98% pronta no sistema e Jaguaracy diz que houve licitação e Thiago diz que talvez tenha sido para mobiliário, mas vai verificar. Maria Cristina diz que ano passado fizeram comissão de visitas e agora também e questiona o que visitarão e diz que tem contas do ano passado que implica que o grupo de contas tenha acesso a informações dessas visitas. Jaguaracy diz que tudo que for com verba do FUNDEB precisa ser

fiscalizado. Marcos apresenta um modelo de prestação de contas para que decidam se mantém ou se farão alterações. Jaguaracy diz que com esse modelo facilitará muito o trabalho. Marcos sugerem que além desse modelo, mantenham todas as outras exigências. Fala também sobre o cálculo do valor por aluno. Rafael diz que esse acesso é importante, pois poderão cobrar do legislativo, pois dependendo de como o cálculo for feito, o município pode não receber complementação da União. Marcos fala ainda sobre a importância do acesso e terão como dizer quanto o município gasta por aluno. Jaguaracy menciona a comissão intergovernamental que define os valores e na lei antiga já tinha, mas não conseguiram acompanhar. Marcos questiona se a prestação de contas pode ser nos termos do modelo apresentado mais os itens que já pediam, como por exemplo os extratos. Jaguaracy diz que precisam acompanhar o que a lei nova diz. Marcos diz que estão pedindo tudo o que o município pode informar. Fala ainda sobre a publicização dos atos do conselho. Jaguaracy pontua que na LDO tem previsto cem mil reais para os conselhos e tem que ver quanto é o gasto de um site. Marcos diz que o site como aba do site da prefeitura é complicado, pois perde a autonomia. O ideal é o conselho publicar quando achar importante e não ter que enviar para a secretaria e ficar aguardando. Pontua ainda que sabe que não é simples em relação a gastos e sugere construir um site para os conselhos da educação. Jaguaracy diz que o site para os três conselhos é o ideal. Marcos destaca que o site é uma exigência da nova lei. Maria Cristina diz que já passou para Vânia e inicialmente seria uma aba da prefeitura e diz que não vê problema de autonomia e o site individual não teria uma equipe técnica. Sugere a aba pelo menos para adiantar. Vítor diz que conversará com a superintendência de comunicação da prefeitura. Maria Cristina diz que conversou justamente com a superintendência e ficou de ter uma reunião, mas, com a piora da pandemia, a reunião não aconteceu. Marcos pontua que a lei fala em site em sítio da internet e em o conselho publicizar e não enviar para a prefeitura. Maria Cristina diz que a aba seria temporária. Jaguaracy pontua que não podem esquecer do planejamento das contas e que ano passado ficaram de fora de novo. Marcos fala sobre pendências do ano passado e que uma delas chegou no final da razoabilidade de que o conselho poderia segurar e diz que não é papel deste conselho investigar e sim acompanhar os atos e quando há dúvidas

precisam pedir auxílio ao Ministério Público que é quem fará a investigação. Diz que na última reunião falaram sobre as pendências e uma delas iniciou em fevereiro com o ofício 04 que foi enviado para a secretária e para a prefeita questionando sobre o contrato do IBRADESC. Em abril foi reiterado o ofício e também enviado à câmara de vereadores. Em dezembro foi enviado um novo ofício e não houve respostas de nenhum deles. Pede ainda que a secretaria responda aos outros ofícios, como no caso dos livros. Jaguaracy diz que não podem esquecer que comissão de educação da câmara é fiscalizadora também. Marcos diz que na última reunião falaram sobre isso e Maria Cristina pediu um prazo, mas as respostas não chegaram. Vitor diz que fizeram um levantamento e começaram a responder, mas houve tempo hábil e diz estar ciente dos prazos legais. Jaguaracy pergunta se Vitor está como coordenador de despesas e tem que ver isso, pois coordenador de despesas não pode participar do conselho. Vitor diz que, juridicamente, não sabe responder sobre isso. Maria Cristina questiona se pelo fato de não terem respondido ao ofício de fevereiro já acionarão o Ministério Público e Marcos responde dizendo que se não fizerem isso acabarão caindo em negligência. Fala também sobre os tablets e diz que é um problema, pois houve licitação e o IBRADESC também vai distribuir tablet. Jaguaracy diz que participou do curso do IBRADESC e não teve retorno se foi aprovado. Vitor diz que passará o caso para Nadjena para saber sobre o resultado do curso. Nadja diz que é necessário esse ofício para acionar o Ministério público e diz que é papel do conselho já que não teve resposta de um ofício de um ano. Sobre o curso, comenta que é um curso que está gastando dinheiro da educação e o município não está garantindo a aula e os professores tendo dificuldades e o curso não ter nem resposta sobre a formação. Pontua que ficou sabendo que foi cortada a internet das escolas, teve a questão dos livros e precisam ter respostas sobre isso também. Comenta também sobre o gasto de dinheiro com o social, pois estão pagando espaço religioso que não era para estar acontecendo e precisam realmente buscar respostas. Destaca ainda que é um problema grave e não podem deixar que se torne recorrente. Thiago diz que sobre o corte de internet é uma informação equivocada e explica que o programa de educação conectada era um recurso com duração de um ano, mas quando chegou o novo recurso já estava em pandemia e a resolução diz que precisa ter ações

pedagógicas. Diz ainda que o senado já solicitou ao FNDE para liberar para todos, mas o FNDE ainda não permitiu o uso do recurso. Nadja agradece a resposta e disse que a informação veio de uma gestora de escola. Thiago diz que entende e pontua que todos os gestores de escolas estão cientes da situação e acrescenta que tentaram um ato normativo para o uso, mas a lei federal sobrepõe a municipal e a lei só permite o uso com aluno. Nadja diz que sabe que existe essa limitação de internet, mas tem recursos que poderia ser usado para formação dos professores e diz que entende esse corte, mas é necessário buscar meios para professores e alunos ter acesso às aulas. Pontua que existe uma verba de incentivo à tecnologia e nesse período de pandemia seria essencial e estão falando de gastos que não garantiram retorno aos alunos. Marcos diz que internet na escola é o mínimo e a gestão deve garantir internet nas escolas independente do FNDE e esse conselho precisa ficar atento para garantir uma educação de qualidade. Jaguaracy pontua que precisa ter uma preocupação maior com as avaliações externas e esse ano é o prova Brasil. Vitor diz que já tem a resposta sobre o caso de Jaguaracy e diz que ele foi aprovado no curso e já pode ir buscar o tablet e o certificado. Jaguaracy diz que o resultado do curso deveria ter sido publicizado. Thiago e Rafael parabenizam Nadja pela atuação. Jaguaracy fala da importância do colegiado e da participação dos professores. Maria Cristina diz que é a favor sobre o ofício ao MP e se coloca a disposição para ajudar. Sem mais a tratar a reunião foi encerrada às dezesseis horas e de minutos e foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Cristiniana Santos Silva, secretária deste Conselho.



Cristiniana Santos Silva

Secretária do CACS FUNDEB